



BANCO CENTRAL DO BRASIL

São Paulo (SP), 03 de junho de 2019.

Pronunciamento do Presidente do Banco Central do Brasil,

Roberto de Oliveira Campos Neto,

Lançamento da Iniciativa de Mercados de Capitais (IMK)



Senhoras e senhores aqui presentes, boa tarde.

É uma satisfação estar aqui hoje para, em conjunto com os representantes das demais entidades públicas e privadas, fazer o lançamento da Iniciativa de Mercado de Capitais (IMK). Essa é uma importante ação estratégica voltada para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, com base no livre mercado.

A IMK é um novo grupo de trabalho do governo federal com o objetivo de:

- avaliar e propor medidas de aperfeiçoamento regulatório para reduzir o custo de capital no Brasil;
- estimular o crescimento da poupança de longo prazo e da eficiência da intermediação financeira e do investimento privado; e
- desenvolver os mercados de capitais, de seguros e de previdência complementar.

Com esses objetivos, a IMK atuará no mesmo campo dos trabalhos realizados até o ano passado pelo extinto Grupo de Trabalho de Mercado de Capitais (GTMK).

Sob a coordenação do Banco Central do Brasil (BC) a IMK conta com representantes provenientes do Banco Central do Brasil (BC), do Ministério da Economia, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Nessa nova fase de trabalhos ampliaremos nosso campo de atuação. Além dos assuntos que já vinham sendo tratados, nossos esforços serão voltados à modernização e ampliação do ecossistema de instrumentos de *private equity*, do mercado imobiliário, de *hedge*, do mercado de derivativos, além de produtos de seguradoras, entre outros.

Em colaboração com os membros permanentes, representantes de outros órgãos públicos e também do setor privado podem ser convidados para contribuir para o alcance dos objetivos dessa iniciativa. Em especial, gostaria de destacar a importância da participação de representantes das *fintechs*, dos bancos pequenos e das entidades privadas do mercado, como:

- a Associação Brasileira de Crédito Digital (ABCD);
- a Associação Brasileira de *Fintechs* (ABFintechs);
- a Federação Brasileira de Bancos (Febraban);



- a Associação Brasileira de Bancos (ABBC);
- a Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec);
- a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima);
- a Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg);
- a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp);
- a Associação Brasileira de *Private Equity & Venture Capital* (ABVCap);
- a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca);
- a Associação Brasileira do Mercado Imobiliários (ABMI);
- a B3;
- a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS); e
- a Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag).

O permanente diálogo com as entidades de mercado é um dos princípios da IMK.

Para nós do Banco Central, é uma honra assumir a coordenação das atividades do grupo, cujas ações devem impactar positivamente a economia do país. Afinal, um mercado de capitais amplo e diversificado é fundamental para o desenvolvimento econômico.

A atuação do IMK será guiada por duas premissas. A primeira delas é a existência de correlação entre o desenvolvimento dos mercados de capitais e o crescimento econômico. A segunda é que saída do público e a entrada do privado, abre espaço para que a modernização dos instrumentos de mercado gere efeitos multiplicadores, ampliando ainda mais a disponibilidade de fundo para nossos empreendedores.

Por isso, devemos avançar nas mudanças que permitam o desenvolvimento pleno de nosso mercado de capitais, e de nossa economia em geral. Precisamos simplificar e desburocratizar o acesso aos mercados financeiros para todos, dando um tratamento homogêneo ao capital, independentemente de sua nacionalidade ou se provém de um grande ou de um pequeno



investidor. O mercado precisa se libertar da necessidade de financiar o governo e se voltar para o financiamento ao empreendedorismo.

São muitas as iniciativas que podem ser empreendidas para o desenvolvimento de nossos mercados. Nesse contexto, gostaria de mencionar algumas ações que são o foco inicial da agenda da IMK para o aperfeiçoamento regulatório dos mercados financeiros:

- Criação de *sandbox* regulatório, com comunicado conjunto sobre os princípios e subsequente publicação de regulação específica pelos reguladores integrantes da IMK;
- Aperfeiçoamento da regulação para melhor utilização de imóveis como colateral nas operações de crédito;
- Expansão da base de dados de informações de crédito e criação de indicadores de capitalização de mercado, conforme divulgado no Relatório de Economia Bancária (REB);
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de oferta de *hedge* cambial pelo mercado financeiro;
- Permissão para a emissão de dívida local em moeda estrangeira por companhias não-financeiras;
- Regulamentação da nota comercial, título corporativo semelhante à nota promissória;

Gostaria de ressaltar que essas são medidas a serem implementadas no curto prazo. Além dessas, algumas outras ações também estão sendo avaliadas pela IMK, mas sua implementação ocorrerá em um prazo mais longo, e dependerá da evolução das discussões no grupo. Entre essas ações eu destacaria as seguintes:

- Harmonização das exigências de lastro dos instrumentos de financiamento imobiliário: Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras Imobiliárias Garantidas (LIG);
- Aperfeiçoamento das regras de contabilização de derivativos pelas entidades seguradoras (capitalização e previdência aberta), alinhando-as às adotadas pelas instituições financeiras;
- Redução do custo para abertura de contas de custódia para não-residentes (Contas 2689);



- Aperfeiçoamento do marco regulatório dos produtos de previdência aberta (PGBL e VGBL);
- Criação por lei de instrumento financeiro com subsídio tributário ao emissor para incrementar o financiamento de projetos por investidores institucionais;
- Alteração da lei que determina a alocação mínima em ativos de infraestrutura em fundos de investimento, para efeitos de isenção de Imposto de Renda (IR);
- Isenção legal de IR na remessa de recursos para o exterior destinados ao pagamento de juros de *bonds* emitidos para financiamento de projetos de infraestrutura;
- Aperfeiçoamento da regulação de transparência, gestão de riscos e governança socioambiental;
- Harmonização de tratamento tributário para títulos públicos, privados e empréstimos bancários.

É importante ressaltar que essa é uma agenda dinâmica, que certamente será atualizada ao longo de sua implementação e contará, no seu aprimoramento, com a colaboração de ideias e ações provenientes do setor privado.

As medidas da IMK se inserem em um amplo ambiente de reformas empreendido pelo governo federal. No âmbito do Banco Central, tais iniciativas se inserem em um conjunto de reformas estruturais do Sistema Financeiro Nacional (SFN) que o BC vem implementando por meio da Agenda BC#, que foi recentemente reformulada e estruturada em quatro dimensões:

- **Inclusão:** para facilitar o acesso ao mercado a investidores e tomadores, nacionais e estrangeiros, grandes e pequenos;
- **Competitividade:** para promover a adequada precificação por meio de instrumentos de acesso competitivo aos mercados;
- **Transparência:** para melhorar a transparência no processo de formação de preços e nas informações de mercado e do BC; e
- **Educação financeira:** para estimular a participação de todos no mercado e a formação de poupança.



Além da IMK, a Agenda BC# está implantando outros 13 grupos de trabalho, tratando de temas atinentes a essas dimensões. Para atingirmos nossos objetivos, o BC trabalhará por meio de ações junto à sociedade e a outros órgãos de governo, como o Ministério da Economia, a CVM e a Susep hoje aqui tomando parte nesse lançamento.

Nesse ano, algumas medidas em linha com os objetivos da IMK já foram implementadas pelo BC, como a permissão para que cooperativas de crédito captem depósitos de poupança, a divulgação dos requisitos fundamentais que nortearão a implantação do *Open Banking* no Brasil e a apresentação do PLP nº 110, 2019 que homogenia o requerimento para exercício em cargos de direção de bancos, sejam eles públicos ou privados.

Na sequência o Secretário Especial da Fazenda fará um breve relato sobre o histórico das ações empreendidas pelo extinto GTMK.

Senhoras e Senhores,

Estou convicto de que o esforço conjunto dos órgãos de governo, em colaboração com representantes da sociedade, nos permitirão avançar na modernização de nosso mercado de capitais, com reflexos positivos nos ganhos de eficiência e produtividade e no crescimento de longo prazo da economia brasileira. Assim poderemos contribuir para o desenho de um país melhor, fundado no livre mercado.

Muito obrigado e boa tarde a todos.